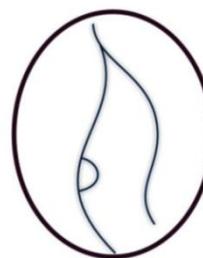




INTERFACE  
ISSN 2448-2064



18

---

**ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DAS FAMÍLIAS DO  
ASSENTAMENTO P.A. ZÉ PEREIRA, MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL-TO**

**ESTUDIOS SOCIOECONÓMICOS Y CULTURALES DE LAS FAMILIAS DEL  
ASENTAMIENTO P.A. ZÉ PEREIRA, MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL-TO)**

Luenir da Cruz Alves  
lueniralves@uft.edu.br

Marciléia Oliveira Bispo  
marcileia@uft.edu.br

**Resumo**

Esta pesquisa apresenta um diagnóstico da realidade dos assentados do assentamento P. A. Zé Pereira, município de Porto Nacional – TO. O objetivo da pesquisa foi analisar o perfil socioeconômico e cultural dos assentados, entendendo que este enfoque caracteriza a importância dos assentamentos rurais para o município de Porto Nacional. Na pesquisa, utilizou-se como metodologia de estudo a revisão bibliográfica e como instrumentos de coleta a observação e entrevista semiestruturada, que foram aplicados por meio de visitas de campo. Observamos que ainda faltam políticas públicas que beneficiem o camponês melhorando sua qualidade de vida e, em especial, os assentamentos. A instalação e a consolidação dos assentamentos produzem necessidades e reivindicações as quais abrangem a área, a infraestrutura, a educação, a agricultura, a pecuária e outros. As experiências de projetos de Reforma Agrária em Porto Nacional de forma geral tem evidenciado que além da distribuição de terras, é preciso políticas públicas de assistência técnica e crédito rural como incentivo e auxílio aos assentados.

**Palavras-Chave:** Reforma Agrária; Movimentos Sociais; Assentamentos.

**Resumén**

Esta investigación presenta un diagnóstico sobre la realidad de los asentados del asentamiento P. A. Zé Pereira, municipio de Puerto Nacional - TO. El objetivo de la investigación fue analizar el perfil socioeconómico y cultural de los asentados entendiendo que este enfoque caracteriza la importancia de los asentamientos rurales para el municipio de Porto Nacional. En la investigación se utilizó como metodología de investigación la revisión bibliográfica y como instrumentos de recolección la observación y entrevista semiestruturada que fueron aplicados por medio de visitas de campo. Observamos que aún faltan políticas públicas que beneficien al campesino mejorando su calidad de vida, y en especial, los asentamientos. La instalación y la consolidación de los asentamientos producen necesidades y reivindicaciones que cubren el área, la infraestructura, la educación, la agricultura, la ganadería y otros. Las experiencias de proyectos de Reforma Agraria en Porto Nacional de forma general han evidenciado que además de la distribución de tierras, se necesitan políticas públicas de asistencia técnica y crédito rural como incentivo y auxilio a los asentados.

**Palabras-clave:** Reforma Agraria; Movimientos Sociales; Asentamientos.

## Introdução

A reforma Agrária tem como finalidade promover a melhor distribuição de terras, contribuindo assim para o desenvolvimento do país. A mesma passou por processos de maior ou menor crescimento no decorrer dos últimos 20 anos. No entanto, é notório que na história brasileira se deu pouca importância à questão agrária. Dentre os governos, foram poucos os que desenharam e criaram efetivamente medidas que solucionassem o problema da concentração de terras no país.

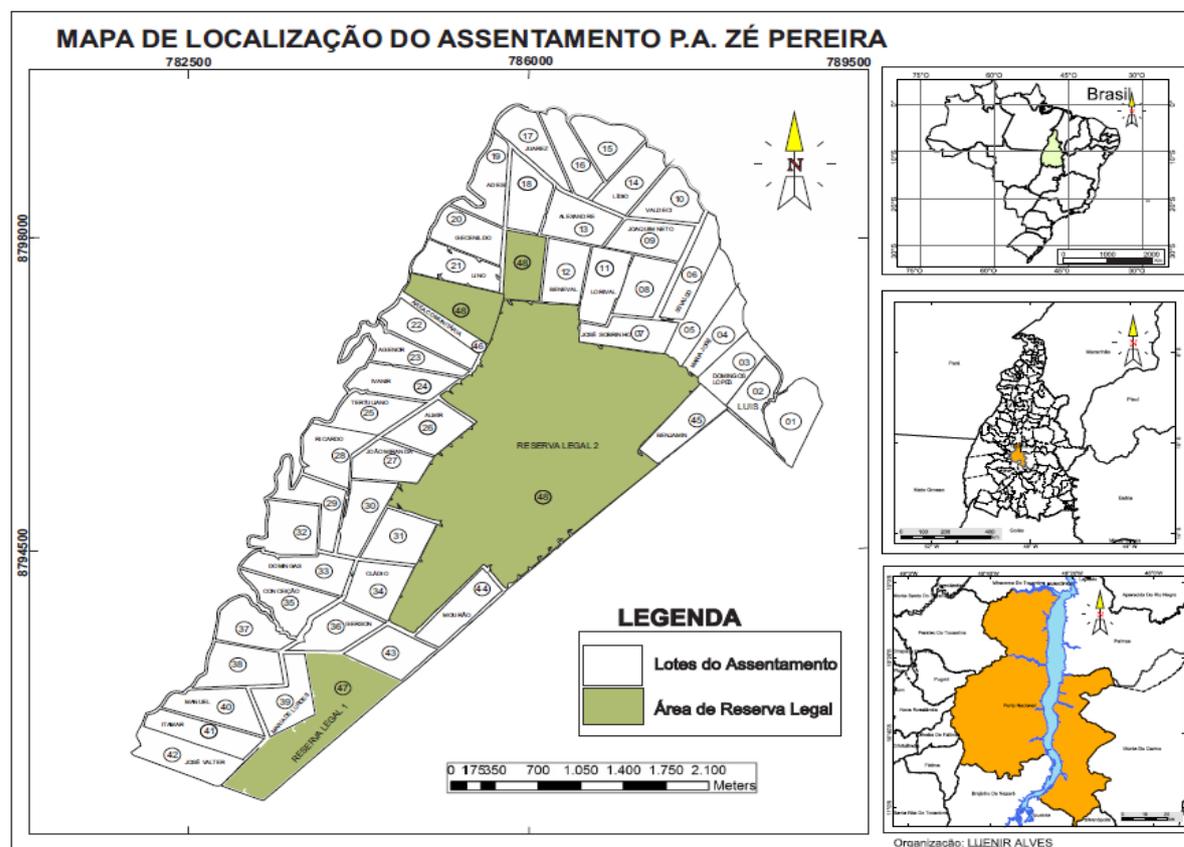
E quando os assentados conseguem a terra, ainda ficam na dependência financeira de bancos e praticamente não recebem ajuda que lhes possibilite a formação de uma infraestrutura que lhes garanta uma sustentabilidade. Muitos são inadimplentes, o que dificulta e impossibilita o acesso ao crédito, continuando no processo de assistencialismo que não é resolvido (KUSTER *et al*, 2004).

Desta forma, ao realizamos uma pesquisa no assentamento Pequeno Assentamento (P.A.) Zé Pereira em Porto Nacional – TO. O objetivo foi traçar o perfil socioeconômico e cultural dos assentados, analisar as famílias que residem nas propriedades desde sua chegada ao município até o estabelecimento da comunidade, identificar os problemas enfrentados ao longo dos anos, além de compreender as manifestações culturais com ênfase nos festejos religiosos.

Para o desenvolvimento do trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados da área em estudo, e como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada. Também foram realizados levantamentos de dados acerca da avaliação das manifestações culturais dos assentados.

A área de estudo compreende o Assentamento de P. A. Zé Pereira, localizado a 18, 2 km na sede do município de Porto Nacional (Figura 1). O Assentamento P. A. Zé Pereira foi fundado em 2003 e contava com cerca de 45 famílias em 2018.

FIGURA 1: Mapa de Localização do Assentamento Zé Pereira, Porto Nacional – TO.



Org: NUNES, Josiano Carvalho, maio/2016.

A disputa pela posse da terra e a reforma agrária vem sendo cada vez mais questionada e defendida pelos pesquisadores que estudam o campo. Assim, faz-se necessário conhecer os aspectos sociais, culturais e econômicos dos assentamentos, em especial aqui o assentamento P. A. Zé Pereira, no qual realizamos a pesquisa.

O conhecimento do Assentamento Zé Pereira se faz importante para que seja possível a proposição de mudanças na comunidade local. Assim, esta pesquisa busca também compreender a organização espacial das dinâmicas sociais e culturais.

### Reforma Agrária no Brasil e os Movimentos Sociais

A reforma agrária no Brasil surge com a necessidade de diminuir alguns problemas sociais através da desconcentração de terras, a mesma tendo como objetivo promover a distribuição de terras e se tornar um processo de desenvolvimento para o país, por meio do fortalecimento do campo. Neste contexto, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra. Logo, a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente à luta pelo direito do acesso à

terra; mas sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital (OLIVEIRA, 2007a).

A reforma agrária é a revisão e o reajustamento das normas jurídico-sociais e econômico-financeiras que regem a estrutura agrária do País, visando à valorização do trabalhador do campo e ao incremento da produção, mediante a distribuição, utilização e exploração sociais e racionais da propriedade agrícola e o melhoramento das condições de vida da população rural (OLIVEIRA 2007b)

A luta pela reforma agrária é identificada, em nível nacional, com a luta pela justiça social e alcança certo apoio popular. Na década de 1980, a reforma agrária foi reafirmada como um caminho para que os trabalhadores rurais sem terra atingissem a cidadania, inserindo-se no conjunto das lutas pela redemocratização do Estado brasileiro.

Nessa direção, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Carter (2006), cerca de 45% dos assentamentos rurais no Brasil estão de certo modo conectados com o MST. No entanto, mais de 70% das terras que têm sido distribuídas desde 1979 são resultados de mobilizações empreendidas por grupos camponeses que não eram ligados ao MST.

Para Oliveira (2007a), o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta pela terra, pois possui uma estrutura organizativa democrática, de base, efetivamente de massa. É um movimento diferenciado, uma vez que respeita as decisões tomadas coletivamente. Segundo Marques (2004), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel-PR, contando com a presença de representantes de dezesseis estados do país. No ano seguinte, o MST se estrutura como organização e torna-se um movimento social autônomo. Porém, somente nos anos 1990, ele alcança efetiva projeção nacional, demonstrando grande poder de mobilização. Hoje, o movimento está organizado em quase todas as unidades da federação.

Assim, o MST se expandiu para outras regiões brasileiras, a partir de uma rede de apoio constituída pela Igreja e por sindicatos rurais, na década de 1990. O mesmo estava presente em 23 das 27 unidades federativas do país. O MST tem se tornado particularmente ativo na empobrecida região nordeste do Brasil. Atualmente, cerca de 350.000 famílias obtiveram terras através das lutas do MST, em aproximadamente 2.300 assentamentos agrícolas sancionados pelo governo. O movimento estabeleceu 88 cooperativas e 96 unidades de processamento de alimentos, de diferentes tamanhos e graus de sucesso (CARTER, 2006).

Outro fator importante são as lutas no Nordeste e na região Amazônica, que têm sido conduzidas por sindicatos rurais e vários movimentos organizados, incluindo grupos informais de posseiros. De acordo com Silva (2009), os movimentos sociais tiveram seus auge de reivindicações civis e políticas na década de 60, quando um dos seus principais representantes, o movimento estudantil, extrapolou os limites das universidades e evidenciou suas pautas, fazendo das ruas palco de suas reivindicações.

Esses movimentos sociais no campo tem uma abrangência nacional, como já citamos o Movimento dos Sem Terra (MST), e ainda temos o Novo Sindicalismo Rural; o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA); o Movimento dos Camponeses Integrados e o Movimento dos Operários do Campo. Entendemos, como Almeida (1994), que a luta pela terra, a resistência que opõe os pequenos produtores à construção de barragens hidrelétricas que os ameaça de expropriação, as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as reivindicações concernentes as políticas agrícolas do Estado, são algumas das orientações que guiam o movimento de contestação atual.

Outro movimento importante é a Via Campesina que foi criada em 1992 e é uma articulação que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. E busca, a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola (FERNANDES, 2004).

No Brasil estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMT.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura, aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados, à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra, a violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e o mercado, ao campo e a cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (LOPES, 2009).

De acordo com Sampaio (1988), o projeto de reforma agrária deveria ter como metas: a redistribuição de renda, riqueza e poder no campo, de modo a criar um clima socioeconômico e cultural propício ao desenvolvimento equilibrado da exploração dos

recursos agrícolas e florestais do país, viabilizar a agricultura familiar, mediante a formação de assentamentos e apoio técnico, financeiro e comercial as unidades familiares já existentes.

No entanto, verifica-se a necessidade de políticas públicas mais efetivas para o campo, promovendo de fato a redistribuição de terras e implantação de acompanhamento das famílias assentadas, em todos os sentidos: acesso a água, energia, saúde, crédito, acompanhamento técnico e outros.

### **Dinâmica social e produtiva nos Assentamentos**

A investigação das condições econômicas, sociais e culturais dos assentados é essencial para compreensão e planejamento de políticas públicas para o campo e para entendimento da sua dinâmica social e produtiva. O planejamento de ações nos assentamentos passa, ao nosso entender, por conhecer e realizar trabalhos de levantamento de dados econômicos, sociais e culturais dos assentados.

No Brasil há uma significativa literatura sobre assentamentos, na qual predominam amplamente estudos sobre a sua dinâmica interna (socioeconômica, organizacional, cultural) e isto é importante por gerar impactos na região em que se localiza. Nesta direção, entendemos, assim como Romeiro (2002, p.131), que a Reforma Agrária diz respeito a uma discussão atual que tem o sentido de “ampliar as oportunidades de emprego no campo, de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial”. Ou seja, temos que pensar a Reforma Agrária brasileira como distribuição de terras, mas, sobretudo, como um processo de luta de democratização do acesso à terra e para que haja possibilidades de condições de reprodução social da família camponesa, com geração de empregos, com produção de alimentos para a subsistência e obtenção de renda.

A produtividade social do trabalho é um conceito-chave na argumentação de Delgado (2007), ao lado da criação de empregos para toda a força de trabalho atual dos assentamentos e também das futuras gerações, consolidando a transformação da estrutura de propriedade fundiária. A produtividade social do trabalho no assentamento rural deve diferir das propriedades do chamado “agronegócio”, em que os custos considerados são apenas os privados.

No entanto, essa produtividade social deverá ser maior do que os custos privados de produção, para permitir a apropriação da renda e da fertilidade do solo, e evitar danos aos recursos, incorporarem inovações técnicas adequadas, viabilizar a cooperação entre as famílias assentadas (DELGADO, 2007).

Para que isso se concretize é preciso ter um planejamento em que o Estado assuma e implante medidas que apoiem e induzam a viabilidade social no assentamento. É preciso pensar em projetos alternativos de geração de um excedente econômico sob novas relações de trabalhos e outras organizações produtivas.

Os autores que discutem a temática do campo identificam duas tendências nas experiências existentes de assentamentos sobre a produtividade social: uma a prática de uma agricultura de “subsistência” e outra a adoção do padrão tecnológico da agricultura “moderna”. E convergem, ainda, na ideia de que é necessário elevar a produtividade do trabalho, mas implementar um padrão tecnológico distinto daqueles do “agronegócio”.

Segundo Moura *et al* (2008), a execução dos projetos de assentamentos é um tipo de política pública que está vinculada a uma tentativa de controlar e diminuir a violência dos conflitos sociais no campo, que ganharam uma grande dimensão a partir do surgimento das Ligas Camponesas.

Através da implantação dos assentamentos cria-se o exercício do controle e também de disputas. A criação de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela (MOURA *et al*, 2008).

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Nacional, atualmente o município possui dez assentamentos, todos filiados ao sindicato, oriundos da luta pela terra iniciada pela Comissão Pastoral da Terra e impulsionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Inclusive, foram as lutas travadas nessa região do município do Porto Nacional que ajudaram a fortalecer esse movimento social no município, o que fez caracterizar o município de Porto Nacional em um espaço por excelência de disputa política no campo nos últimos tempos. Assim apresentamos os dados da pesquisa de campo sobre o perfil socioeconômico e cultural dos assentados no assentamento Zé Pereira.

### **Diagnóstico socioeconômico e cultural dos assentados no Assentamento Zé Pereira**

Segundo o depoimento do então presidente do assentamento Zé Pereira (anos de 2017/2018), o início do assentamento deu-se a partir de uma antiga fazenda chamada por “Areias de baixo”, localizada a 18,2 km do município de Porto Nacional. Segundo o presidente, o processo de ocupação da fazenda começou quando eles ocuparam as caraíbas, depois foram retirados pela justiça, voltaram para a cidade de Porto Nacional e fizeram um

movimento junto ao INCRA (2008) e assim ficaram 33 dias acampados para conseguir a apropriação da fazenda. No período de ocupação da fazenda eles começaram a plantar roça, mas não colheram e ali eles ficaram dois anos nas caraíbas. Após um longo processo de idas e vindas ao órgão competente, os assentados finalmente tiveram seus lotes de terra reconhecidos.

Assim a criação do assentamento Pequenos Agricultores Zé Pereira ocorreu em 01 de maio de 2003. Com relação à origem do nome José Pereira, foi uma homenagem a um dos posseiros, que antes de ser assentado veio a óbito.

Conforme informações obtidas em campo, no ano de 2017, o assentamento possuía 45 famílias, sendo que cada família possuía um lote com 36,784 ha, de uma área total de 21.795 ha. Em campo realizamos entrevista com de 12 famílias do assentamento. Os assentados estão ali há 13 anos, no entanto, o local apresenta pouca infraestrutura, a via de acesso ao assentamento é feita por estradas de terra, em grande parte as estradas apresentam-se em mal estado de conservação, no período de chuvas o acesso às chácaras se torna ainda mais difícil por causa das pontes que não suportam as enchentes e rompem, tornando às vezes impossível o acesso.

No que se refere a faixa etária dos moradores assentados no P.A. Zé Pereira, esta varia entre 30 e 69 anos. A faixa etária do chefe de família situa-se no intervalo entre 50 e 59 anos, que corresponde a de 39% dos entrevistados. Verificou-se que a frequência dos assentados na faixa etária acima dos 60 anos corresponde a 38%.

Em 2017, o assentamento Zé Pereira, encontrava-se regularizado junto aos órgãos de fiscalização. Após sua legalização, todos os moradores do assentamento passaram a possuir o título da terra. O assentamento possui 13 anos de existência e encontra-se com quarenta e cinco famílias, sendo que 8% dos assentados têm mais de 40 anos no local, ou seja, reside no local antes mesmo de serem titulados pelo INCRA (2008). No entanto, 67% dos moradores têm 13 anos que estão no assentamento, ou seja, desde sua fundação, já 8% dos mesmos têm 9 anos que estão no assentamento, 8% dos entrevistados têm 6 anos que moram no assentamento e 9% dos moradores declararam que estão apenas 3 anos no assentamento.

Quando questionados se recebem algum tipo de benefício social público ou privado, 29% declararam que recebem Bolsa Família, 14% são aposentados, 14% recebem outro tipo de benefício e 43% não recebem nenhum tipo de benefício. Com relação a outros incentivos, houve a citação do Programa de Crédito o (Pronaf). No tocante a infraestrutura, no assentamento não há coleta de lixo, e 77% dos entrevistados queimam o lixo, porque segundo

relato deles, não passa nenhum transporte que coleta o lixo, já 8% dos entrevistados disseram que jogam em buracos e enterram e 15% dos moradores jogam o lixo orgânico nas plantas.

Com relação à composição da renda dos assentados, 59% sobrevivem totalmente da prática agrícola e da pecuária. Já 33% recebem dos programas assistenciais do governo, como aposentadoria e Bolsa Família, sendo uma das bases de sobrevivência dos assentados e para 8% dos sujeitos a renda é proveniente de trabalho fora do assentamento, como, por exemplo, motorista.

Com relação aos equipamentos, implementos agrícolas e máquinas que são utilizados pelos assentados nos seus sistemas de produção constatamos as plantadeiras manuais, machados, foices e trator e uso de adubos químicos. Com relação ao cultivo da terra, 58% dos entrevistados responderam que cultivam de forma manual, utilizando machado, foice e plantadeiras manuais e 42% responderam que utilizam a maquinários agrícolas. E para gradear a terra eles alugam trator. As atividades desenvolvidas no assentamento são a pecuária e a agricultura de subsistência. O sistema produtivo do assentamento se caracteriza pela diversificação da produção e criação de animais. Das dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas para o desenvolvimento da agropecuária, que geralmente é realizada de forma manual,

Algumas famílias assentadas possuem gado e produzem uma quantidade pequena de leite, suficiente para o consumo próprio. Além da criação de bovinos, há, também, a criação de pequenos animais como porcos e aves caipiras. Estas, em sua maioria, são criadas presas e alimentadas com milho e restos de alimentos. Já os porcos são criados presos e alimentados com restos de alimentos, mandioca e milho. Toda a criação dentro do assentamento é destinada à produção de carne, leite e ovos para o próprio sustento das famílias.

Com relação à agricultura, as culturas mais plantadas são: mandioca, milho, feijão miúdo, banana, cana de açúcar, arroz, horta, pastagem, entre outros. Com relação às práticas culturais, a mesma é constituída como um indicador importante para o entendimento dos projetos sociais nos assentamentos e está ligada, de modo direto, ao processo de ressocialização desses sujeitos sociais.

O modo como são expressos os valores culturais depende dos indivíduos e dos lugares, ou seja, cada grupo manifesta sua utopia, tem seu jeito próprio de expressar. Portanto, a cultura permite a comunicação humana e a própria educação por meio das linguagens, dos costumes, das tradições, das artes, dos rituais, das religiosidades, dos saberes, dos comportamentos, das normas, enfim do jeito de se relacionar com as outras pessoas do cotidiano (RAMALHO, 2002, p. 106).

No tocante a parte cultural, no assentamento realizam-se os festejos do Divino Espírito Santo, que começaram com um simples terço na casa de uma senhora do assentamento. Segundo eles, a senhora fez uma promessa ao santo para a filha dela, daí começou a realização do festejo do Divino. Os assentados não queriam que a festa acabasse, e daí começaram outras atividades como as folias do Divino com Imperador, Imperatriz, Capitão do Mastro e Rainhas do Mastro. Os festejos acontecem desde o ano de 2006. No entanto, as datas no ano variam entre os meses de maio a junho, sempre depois do dia de “Corpos Christi”. A realização do festejo ocorre com o giro da folia, que dias antes da festa percorre as residências dos assentados juntamente com a comunidade local, que acompanha a folia de casa em casa do assentamento, e os foliões cantam em louvores ao Santo. Logo após esse ritual é servido o jantar para os foliões e depois para as pessoas que acompanham a folia. Além disso, os foliões passam na casa do assentado responsável pelo festejo do ano corrente.

Na casa do responsável pelo festejo, no caso o Imperador, sucede o encontro das folias, em seguida é realizada uma missa em homenagem ao Divino Espírito Santo. No decorrer da missa é realizada a coroação dos seguintes representantes do festejo: o imperador, a imperatriz, o capitão do mastro e a rainha do mastro. Após a missa é feito o levantamento do mastro com o capitão e a rainha, acompanhados com os cantos dos foliões do Divino, juntamente com a comunidade. Em seguida é servido o jantar para os foliões e para comunidade local.

No dia seguinte, é servido um café da manhã para todos que permanecem no local, logo após, segue a derrubada do mastro para a escolha dos responsáveis pelo festejo do próximo ano. Com base nas entrevistas verificamos que 7% dos assentados afirmaram que não participam das atividades festivas, já 33% dos assentados afirmaram que participam das atividades festivas do Divino Espírito Santo e auxiliam e acompanham os festeiros.

Com relação aos problemas enfrentados no assentamento, os principais pontos apresentados foram: estradas ruins, falta de pontes de concretos, falta de água no período do verão e o transporte escolar para os alunos da comunidade local.

Neste viés, as sugestões que eles indicaram para melhorar esses problemas mencionados são em primeiro lugar a construção de pontes ou melhoria das já existentes; em segundo lugar a melhoria das estradas de terra; em terceiro lugar abrir poços artesianos em cada lote do assentamento, e por fim a liberação de recursos para eles trabalharem.

Com esses resultados da entrevista, foi possível identificar os impactos sócios territoriais da implantação do assentamento P. A. Zé Pereira em diversas dimensões. Os

impactos, que resultam de um conflito social significativo (a implantação do assentamento), se revelam mais fortes a partir do rompimento do território do latifúndio, que deu lugar ao território do assentamento.

Como consequência, a instalação e a consolidação do assentamento produziram necessidades e reivindicações as quais abrangem a área da infraestrutura, da educação, da agricultura, pecuária etc. E assim essa dinâmica territorial no campo mostra os grandes desafios quanto à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. As dificuldades não terminam com a distribuição das terras, mas sim começa o desafio do desenvolvimento local.

28

### **Considerações Finais**

Com a presente pesquisa no assentamento dos do P.A. Zé Pereira, município de Porto Nacional, foi possível interpretar a realidade vivenciada pelas famílias no campo e comprovamos que o assentamento do município em estudo tem cumprido uma importante função de inclusão social de acesso a terra, mesmo apresentando problemas.

Isto significa que o desenvolvimento da agricultura camponesa em áreas de reforma agrária tem proporcionado às famílias assentadas uma melhor qualidade de vida e de trabalho, porque a produção agrícola das famílias assentadas é destinada em sua maior parte ao autoconsumo familiar.

A reforma agrária no Brasil é de suma importância, pois ameniza alguns problemas sociais através da desconcentração de terras. Além de promover a distribuição de terras, a reforma agrária também fortalece a agricultura familiar, contribuindo assim para o crescimento econômico do meio rural.

No entanto, a reforma agrária não se efetivou como deveria no país, um conjunto de medidas criadas para promover a igualdade social através da distribuição de terras nunca foi realizado, pois o Estado não assume efetivamente sua função de não apenas dar o acesso a terra, mas possibilidades de nela existir e (re)sistir.

A partir dos dados da pesquisa, entendemos que se faz necessário criar e reforçar as políticas que regulamentam o limite de posse da terra, contribuindo para a realização da reforma agrária, pois não se realiza reforma agrária com indenizações para os grandes latifundiários sendo que há leis que os amparam e lhes asseguram o direito de adquirir novas terras.

Alguns dos assentados do P.A. Zé Pereira buscam através da agricultura uma forma de conseguir o sustento de seu grupo familiar, mas ao contrário de poucos assentados ainda

dependem de uma ajuda externa que provem do governo estadual ou federal, para manter o sustento da família.

Verificou-se também no trabalho de campo que a infraestrutura das estradas existentes nos assentamentos precisa ser melhorada. Ainda, por meio do trabalho de campo, pode-se apreender que a obtenção da terra é a realização de um sonho, todavia a dura realidade da vida no campo exige das famílias muita força e determinação para a permanência e manutenção da terra conquistada.

29

A experiência de projetos de Reforma Agrária em Porto Nacional de forma geral tem evidenciado que não basta somente distribuir terras, é preciso políticas públicas de com incentivo e auxílio aos assentados.

Portanto, conclui-se com esta pesquisa que o Assentamento P. A. Zé Pereira em Porto Nacional continua a ser uma terra de luta, de diversas lutas, só que agora a luta é contra o capital, é uma guerra cotidiana para permanecer no lote conquistado, na terra de trabalho, a qual permite a organização da produção e da vida camponesa.

### **Referências**

ALMEIDA, J. **Movimentos Alternativos e de Contestação na Agricultura: leitura do social, disputas e aspirações.** Porto Alegre – TO: 1994. (mimeografado)

CARTER, M. **O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra (MST) e A democracia no Brasil.** Agrária, São Paulo (on line): nº 4. 2006.

DELGADO, G.C. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos. In **Reforma Agrária.** São Paulo - SP: ABRA, Vol. 32, n. 2. 2007.

FERNANDES, B. M. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo Brasileiro.** Agrária, São Paulo (on line): nº 1, 2004.

INCRA. **Base de Dados dos Projetos de Reforma Agraria do Brasil.** 2008.

KUSTER, A. [et al]. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil.** Fortaleza - CE: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

LOPES, C. E. V. **Avaliação Socioeconômica dos Sistemas de Produção em Assentamentos Rurais no estado de Roraima: o caso do assentamento rural PAD Anauá.** Tese de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: 2009.

MARQUES, M. I. M. **A Questão Agrária Hoje e os Desafios do Governo Lula.** Agrária (on line): nº 1, p. 37-54. 2004.

MOURA, Washington Barboza Dantas de (*et al.*). **Estudo Hídrico e Socioeconômico do Assentamento Bela Vista, São Pedro – RN, com vista no Desenvolvimento Sustentável.** INTESA, v2, nº 1. Rio Grande do Norte. 2008.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007a, 184p.

30

OLIVEIRA, M. L. R. **Retrato de Assentamentos:** um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. Tese de Doutorado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica, RJ. 2007b.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema/SP.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Reforma agrária e distribuição de renda.** In: STÉDILE, Pedro (Org.). *A questão agrária hoje.* 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SAMPAIO, P. de A. **A Reforma Agrária. Campinas:** Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária Campinas v. 18, nº 2, pp. 5-13, ago./nov 1988.

SILVA, C. S. D. **Os Impactos Socioterritoriais do Assentamento Padre Josimo I e II no Município de Cristalândia-TO e Entorno – Palmas – TO.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Palmas. 2009.